

CORREIO POLÍTICO

Ricardo Stuckert/PR



Lula e Zelensky: expectativas de aproximação

Feliz Natal...**A guerra acabou...**

Dois momentos icônicos da música pop estão relacionados a uma guerra. No caso, a guerra do Vietnã. Em 1966, a dupla Simon & Garfunkel gravou 7'O Clock News/Silent Night, que reunia a clássica canção de Natal (que cantamos como Noite Feliz) a fatos narrados no noticiário das 7 horas, como um protesto contra a guerra que o então presidente Richard Nixon classificava como "antiamericano". Em 1971. John Lennon gravou Happy Xmas/War is Over (Feliz Natal/A Guerra Acabou) na qual dizia que um tempo sem guerra e sem medo era possível, era só querer. A guerra do Vietnã terminou em abril de 1975. Se aproxima o Natal de 2025 e se tenta um acordo para terminar a guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

A paz tentada em Miami

Em Miami, nos Estados Unidos, um senhor de discurso bélico, Donald Trump, tenta mediar um acordo entre a Rússia e a Ucrânia para pôr fim à guerra que os dois países travam na Europa desde fevereiro de 2022. Uma guerra que Trump prometeu que acabaria "em 24 horas". Já faz quase um ano. Há dados que apontam que a Rússia já teria sofrido 950 mil baixas na guerra, com 250 mil mortes. E a Ucrânia 400 mil baixas, com 100 mil mortes.

Zelensky-UAA/Fotos Públicas



Guerra já matou milhares de pessoas dos dois lados

Encarregado da Ucrânia torce por paz

No caso da Ucrânia, há ainda toda a necessidade de reconstrução de diversas cidades e territórios, já que é dentro do país que a guerra acontece. Às vésperas do Natal, o encarregado de Negócios da Embaixada da Ucrânia no Brasil, Oleg Vlassenko, recebeu o Correio Político para uma conversa. Apesar dos avanços lentos da negociação de paz que acontece em Miami, Vlassenko mostra-se otimista. "Não temos outra opção além de sermos receptivos ao acordo", disse. "A Ucrânia quer a paz o mais rápido possível".

Otan e territórios

Segundo ele, o acordo não sairia por 5% dos seus pontos. "Mas são os 5% mais difíceis". Esses pontos são o compromisso de que a Ucrânia não ingresse na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e a reivindicação da Rússia de anexar alguns territórios ucranianos. São pontos que não dependeriam, explica Vlassenko, somente da vontade do presidente Volodymir Zelensky.

POR
RUDOLFO LAGO**Referendos**

No caso da Otan, a não entrada na organização dependeria de uma decisão nesse sentido do parlamento ucraniano. E a anexação de territórios pela Rússia precisaria ser aprovada em referendos pela própria população das áreas a serem anexadas. "Não creio que tais populações manifestem interesse".

Brasil

Após a possível paz, há alguns pontos para os quais Oleg Vlassenko tem esperanças na ajuda brasileira. Eles dizem respeito à reconstrução do país. Em 2023, a guerra produziu na Ucrânia uma tragédia ambiental semelhante à de Brumadinho. Os russos destruíram a Barragem de Kakhovka.

Ajuda

"Creio que a liderança que o Brasil tem internacionalmente na área ambiental poderá nos ajudar nesse sentido", considera Vlassenko. No início do seu governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a propor mediar um acordo de paz, que não avançou. "Mas qualquer esforço é sempre bem-vindo".

130 anos

Em 2021, completaram-se 130 anos da imigração ucraniana para o Brasil. As maiores colônias ficam no Paraná. Alguns efeitos desse aniversário prosseguem. Na semana passada, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara projeto relatado pelo deputado Paulo Bilynskyj (PL-SP), que reconhece o Holodomor como genocídio.

Holodomor

Entre 1932 e 1933, a Ucrânia fazia parte da União Soviética, então comandada por Josef Stálin. Nesse período, entre 3,3 milhões e 7,7 milhões de camponeses ucranianos teriam morrido de fome por conta das supostas ações de Stálin. O triste episódio ficou conhecido como "Holodomor" (Matar pela Fome).

16 países

Atualmente, 16 países já reconhecem o Holodomor como genocídio. "Esta proposta é particularmente significativa para os cerca de 600 mil ucranianos residentes no Brasil", considerou Bilynskyj, em entrevista à Agência Câmara de Notícias. Que a paz nos encontre em 2026. Sem guerra e sem fome...



Cirurgia é marcada após Bolsonaro cancelar entrevista

STF autoriza cirurgia de Bolsonaro para o Natal

Ex-presidente fará cirurgia de herniorrafia, em Brasília

Por Beatriz Matos

O ex-presidente Jair Bolsonaro deve passar por uma cirurgia de herniorrafia inguinal bilateral nessa quinta-feira (25), em Brasília. O procedimento foi autorizado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, relator do caso, após manifestação favorável da Procuradoria-Geral da República (PGR). A decisão prevê a condução de Bolsonaro ao Hospital DF Star para exames e a realização da cirurgia no Natal, em caráter eletivo.

A definição da data ocorre um dia após Bolsonaro cancelar uma entrevista que concederia ao portal Metrópoles, autorizada previamente por Moraes. O ex-presidente comunicou a desistência por meio de um bilhete escrito à mão, no qual alegou "questões de saúde" para não participar da conversa, que aconteceria na Superintendência da Polícia Federal, onde ele está custodiado desde 22 de novembro.

Cirurgia

Nos autos da execução penal, a defesa apresentou exames e relatório médico assinados pelo cirurgião Cláudio Birolini, indicando a necessidade do reparo cirúrgico. A perícia médica oficial da PF concluiu que o procedimento é recomendado, mas sem caráter emergencial, o que permitiu a programação da cirurgia de forma eletiva.

Segundo o Dr. Birolini, embora toda cirurgia exija cuidados, a

herniorrafia inguinal é um procedimento padronizado, com menor risco de complicações. O médico destacou que se trata de uma intervenção mais simples quando comparada às cirurgias abdominais anteriores enfrentadas por Bolsonaro, realizadas em contexto de emergência e maior complexidade clínica.

Moraes ainda estabeleceu vigilância permanente da Polícia Federal durante a internação e restrições ao uso de aparelhos eletrônicos no quarto hospitalar. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro foi a única acompanhante autorizada.

Estratégia

Para Leandro Gabiati, especialista em ciência política do Ibmec Brasília, o cancelamento da entrevista não pode ser analisado apenas sob o aspecto médico e tende a produzir efeitos políticos e jurídicos.

"Ao cancelar a entrevista por um suposto motivo de saúde, o ex-presidente consegue criar mais um fato público vinculado à necessidade de concessão de prisão domiciliar, que a defesa dele vem reforçando junto ao Judiciário", avalia Gabiati.

Na leitura do especialista, o episódio amplia a pressão institucional sobre o Supremo. "O cancelamento amplia a repercussão em torno do estado de saúde do ex-presidente, aumentando a pressão sobre o STF para a concessão da prisão domiciliar", afirma. Ao Correio, ele acrescentou que a decisão também deve ser explorada politicamente por aliados de Bolsonaro.